



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ**

COMARCA DE FRANCISCO BELTRÃO

VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE - SEÇÃO CÍVEL - FRANCISCO BELTRÃO - PROJUDI

Rua Tenente Camargo, 2112 - Centro - Francisco Beltrão/PR - CEP: 85.601-610 - Fone: (46) 3520-0005 - E-mail: ecap@tjpr.jus.br

**DECISÃO**

Classe Processual: Procedimento Comum Cível

Assunto Principal: Assistência à Saúde

Processo nº: 0002074-48.2023.8.16.0083

Autor(s): ISABELA STEINHEUSEN SONAGLIO representado(a) por KELLI MAIARA RAITZ  
STEINHEUSEN

Réu(s): ESTADO DO PARANÁ

Município de Francisco Beltrão/PR

Cuida-se de **ação de obrigação de fazer c/c tutela provisória de urgência de natureza antecipada** proposta por **Isabela Steinheusen Sonaglio**, representada por **Kéli Maiara Raitz Steinheusen**, em face do **Município de Francisco Beltrão** e do **Estado do Paraná**.

Pretende a requerente a concessão de tutela provisória de urgência de natureza antecipada para o fim de obrigar os requeridos a fornecerem, mensalmente, 26 (vinte e seis) latas de 400 (quatrocentos) gramas da fórmula alimentar FORTINI PLUS, da Danone.

O Ministério Público do Estado do Paraná manifestou-se pelo deferimento da tutela provisória de urgência de natureza antecipada.

Vieram os autos conclusos.

**É o relatório do necessário.**

**Passo a fundamentar e decidir.**

Para o provimento judicial almejado, faz-se necessária a presença concomitante de elementos que evidenciem a probabilidade do direito, o perigo de dano e risco ao resultado útil do processo, com a juntada, de plano, da prova documental necessária (artigo 300 do Código de Processo Civil).

No caso dos autos, tem-se que, em sede de cognição sumária, estão presentes os requisitos autorizadores para a concessão da tutela provisória de urgência para fornecimento da alimentação especial.

No caso, a probabilidade do direito está demonstrada pelos documentos médicos de eventos 1.6, 1.7, os quais informam que a requerente, que atualmente está com 06 (seis) anos e 02 (dois) meses de idade, apresenta paralisia cerebral tetraplégica com predomínio braquial (CID 10 – G.80.0), paralisia cerebral quadriparética (CID 11 – 8D20.10), epilepsia (CID 11 – 8A60.0Y), hidrocefalia (CID 10 – G40.4), secundários as complicações neurológicas de toxoplasmose durante o segundo trimestre de gestação.



A infante possui sequelas de caráter crônico com comprometimento neurológico global. Ela nasceu a termo, porém sofreu hemorragia periventricular intra útero, a qual evoluiu com crise convulsiva e dificuldade alimentar, possuindo, atualmente, disfagia grave, necessitando de dieta exclusiva. Isabela Steinhausen Sonaglio tem refluxo grave e necessita de inibidores de bomba a cada 03 (três) meses, sendo a sua dieta hipercalórica e com pequenos volumes para atender a sua demanda metabólica, de modo que precisa de suplementação alimentar, por sonda gástrica.

Ademais, a infante fazia uso da fórmula infantil NUTREN JUNIOR da Nestlé, porém apresentou intolerância ao referido leite, sendo que tolera tão somente a fórmula FORTINI PLUS, sem sabor, da Danone, a qual é hipercalórica e comporta o volume aceito por seu estômago, necessitando de 26 (vinte e seis) latas (400g cada) por mês.

Além da demonstração da necessidade da fórmula alimentar, a ausência de recursos financeiros para aquisição da fórmula alimentar está demonstrada pelos documentos carreados aos autos, os quais dão conta de que a família está inserida no CADÚnico.

Da mesma forma, comprovou-se a negativa pelo ente municipal no evento 1.8, sob afirmação de a fórmula requerida não consta no acervo a ser disponibilizado pela municipalidade.

A pesquisa de preços juntada ao evento 1.14 demonstra o alto custo do leite, em rápida pesquisa pela rede mundial de computadores, nota-se que a fórmula possui valor entre R\$ 65,99 (sessenta e cinco reais e noventa e nove centavos) até R\$ 69,99 (sessenta e nove reais e noventa e nove centavos), totalizando, mensalmente, cerca de R\$ 1.715,16 (um mil e setecentos e quinze reais e dezesseis centavos).

Assim, em análise sumária, observa-se que devidamente demonstrada pela parte requerente a imprescindibilidade da alimentação requerida, aliando à negativa do Município de Francisco Beltrão e à ausência de condições financeiras da genitora da infante, sem prejuízo do seu sustento.

A fórmula possui registro ativo junto à ANVISA, conforme comprovante do item 1.11.

Acerca do tema, o artigo 196 da Constituição Federal dispõe o seguinte: *“a saúde é um direito de todos e dever do Estado, garantindo mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”*.

No mesmo sentido, também o que dispõe o art. 11, §2º, do ECA o Estatuto da Criança e do Adolescente: *“É assegurado acesso integral às linhas de cuidado voltadas à saúde da criança e do adolescente, por intermédio do Sistema Único de Saúde, observado o princípio da equidade no acesso a ações e serviços para promoção, proteção e recuperação da saúde. (...) §2º Incumbe ao poder público fornecer gratuitamente, àqueles que necessitarem, medicamentos, órteses, próteses e outras tecnologias assistivas relativas ao tratamento, habilitação ou reabilitação para crianças e adolescentes, de acordo com as linhas de cuidado voltadas às suas necessidades específicas”*.

Observe-se, por cautela, que o fato de o medicamento não estar incluído nos protocolos clínicos do SUS ou nas listagens oficiais não constitui óbice à sua disponibilização.



Nesse sentido:

**AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO COMINATÓRIA DE OBRIGAÇÃO DE FAZER COM TUTELA DE URGÊNCIA. MENOR IMPÚBERE DIAGNOSTICADO COM ALERGIA À PROTEÍNA DO LEITE DE VACA E DOENÇA DO REFLUXO GASTROESOFÁGICO. PRESCRIÇÃO DA FÓRMULA PREGOMIN PEPTI (COM DHA E ARA NUCLEOTÍDEOS). TUTELA ANTECIPADA CONCEDIDA EM PRIMEIRO GRAU. INSURGÊNCIA DO MUNICÍPIO. NÃO ACOLHIMENTO. NÃO INCIDÊNCIA DO RE Nº 855.178/SE – TEMA 793. MEDICAMENTO DE BAIXO CUSTO, NÃO INCLUÍDO NO “GRUPO 1” (COMPETÊNCIA DA UNIÃO) DA LISTA DE “COMPONENTE ESPECIALIZADO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA” – CEAF DO MINISTÉRIO DA SAÚDE. FALTA DE INTERESSE DA UNIÃO. APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA EFICIÊNCIA E ECONOMICIDADE. PROBABILIDADE DO DIREITO DEMONSTRADA. REQUISITOS FIXADOS NO RESP Nº 1.657.156/RJ PREENCHIDOS. DECISÃO AGRAVADA MANTIDA.RECURSO NÃO PROVIDO. (TJPR - 5ª Câmara Cível - 0001680-67.2021.8.16.0000 - Ibiporã - Rel.: DESEMBARGADOR NILSON MIZUTA - J. 17.05.2021)**

**AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C TUTELA DE URGÊNCIA. PACIENTE PORTADOR DE ALERGIA À PROTEÍNA DO LEITE. PLEITO DE FORNECIMENTO DE LEITE ESPECIAL NEOCATE LCP. LIMINAR DEFERIDA PELO JUÍZO A QUO. ALEGAÇÃO DE EXISTÊNCIA DE OUTROS SUPLEMENTOS COM FÓRMULAS SIMILARES. IRRELEVÂNCIA. COMPROVAÇÃO DA NECESSIDADE DO LEITE ESPECIAL NEOCATE LCP.SUPLEMENTO ESSENCIAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO PACIENTE, QUE POSSUI MENOS DE 1 (UM) ANO. DIREITO A SAÚDE. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE SUFICIÊNCIA FINANCEIRA. MEDICAMENTO DE ALTO CUSTO. RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO CONHECIDO E DESPROVIDO. Sabe-se que a saúde é um direito público subjetivo fundamental, ligado à dignidade da pessoa humana, constitucionalmente garantido, cabendo ao Estado implementar políticas públicas que atendam aos hipossuficientes, assegurando-lhes, na prática, a consecução de seus direitos, conforme consagra o artigo 196 da Constituição Federal. O medicamento requerido foi prescrito por profissional habilitado, detentor de conhecimento técnico/científico necessário para acompanhamento da paciente, que entendeu ser o fármaco pleiteado o mais indicado para o tratamento da doença. (TJPR -**



**5ª Câmara Cível - AI - Região Metropolitana de Londrina - Foro Central de Londrina - Rel.: DESEMBARGADOR LUIZ MATEUS DE LIMA - Unânime - J. 14.03.2017)**

Evidente, também, o perigo de dano resultante da não concessão do provimento, na medida em que disto resultará severos prejuízos à saúde da infante, sob risco de, *a priori*, prejudicar seu desenvolvimento. Ademais, os documentos médicos carreados ao feito são suficientes para embasar o convencimento deste Juízo nesta fase processual, notadamente quanto a necessidade imediata da infante à formula alimentar e a ausência de condições financeiras da genitora, sendo que a prova pericial poderá ser realizada em momento oportuno nos autos.

Por fim, o Poder Público deve sempre primar pela proteção integral da criança e do adolescente, sendo que, sempre que direitos afetos a tal segmento for ofendido, a urgência do provimento judicial é patente.

1. Em face do exposto, vez que devidamente demonstrados os requisitos do artigo 300 do Código de Processo Civil, **DEFIRO** o pedido de tutela provisória de urgência de natureza antecipada e **DETERMINO** que o **MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO e/ou o ESTADO DO PARANÁ** forneça à infante **ISABELA STEINHEUSEN SONAGLIO**, representada pela genitora **Kéli Maiara Raitz Steinhausen**, imediatamente, a fórmula alimentar **FORTINI PLUS**, da Danone, na quantidade de 26 (vinte e seis) latas mensais de 400 (quatrocentos) gramas, enquanto perdurar a necessidade da criança.

1.1. Ainda, não sendo possível a aquisição da fórmula, deverá disponibilizar o valor suficiente para aquisição mensal das fórmulas alimentares pela genitora da infante, que se fará mediante bloqueio judicial de valores, fulcro no artigo 497 do CPC.

1.2. Intime-se, pessoalmente, a parte requerida na pessoa do Sr. Prefeito Municipal e do Sr. Governador, para que cumpram a presente decisão liminar.

2. POSTERGO a designação de audiência preliminar disposta no artigo 334 do CPC para momento posterior à apresentação de contestação, ocasião em que as partes terão informado o seu interesse no referido ato.

3. Cite-se e intime-se a parte ré, para que, querendo, ofereça contestação, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, que se iniciará da juntada nos autos, do comunicado da citação (artigos 335, inciso III, c/c artigo 231, ambos do CPC).

3.1. Advirta-se a parte ré que a ausência de contestação ou apresentação de manifestação parcial, implicará presunção de veracidade dos fatos descritos na inicial (artigos 341 e 344 do CPC).

4. Juntada a contestação, abra-se vista à parte requerente para replicar. Prazo: 10 (dez) dias corridos.

5. Na sequência, ao abra-se vista dos autos Ministério Público do Estado do Paraná.

6. Após, retornem conclusos.



7. Intimações e diligências necessárias.

Francisco Beltrão, Estado do Paraná, datado e assinado digitalmente.

**Carina Daggios**  
**Juíza de Direito**

a

